

MÃE, SÓ HÁ UMA

O garoto descobre então que foi roubado na maternidade e se vê obrigado a viver com a família biológica, que aguardava, cheia de expectativas, pelo reencontro com o filho perdido. O conflito se inicia quando os pais de Pierre se dão conta de que o garoto que procuraram por tanto tempo não se comporta segundo os padrões que a maioria espera de um filho nascido menino. Ele passa a usar vestidos e maquiagem publicamente, o que deixa seu pai transtornado. Além disso, Pierre não aceita ser chamado de Felipe, seu nome original segundo o desejo de seus pais biológicos, mas não segundo sua vivência. Numa das cenas finais, quando a tensão entre pai e filho chega ao ápice, na fala de Pierre o filme diz com todas as letras a que veio: “Você quer que eu seja o que não sou. Tudo o que estou pedindo é que aceite que eu sou assim”.

Em várias entrevistas que concedeu durante o lançamento de *Mãe Só Há Uma*, a diretora Anna Muylaert diz que o tema central do filme é a afirmação de identidade. Aos 17 anos, Pierre, o protagonista, está experimentando várias possibilidades: beija meninas e meninos, pinta as unhas e, sozinho no banheiro, às vezes passa batom e usa vestido.

E como, afinal, é Pierre? Em que definição ele se enquadra? Bissexual? Transgênero? Ou apenas um adolescente cuja identidade ainda está em construção?

Propositalmente, o filme não deixa claro. Anna Muylaert diz que pretendia retratar os jovens da nova geração que têm uma sexualidade mais fluida e não se prendem a rótulos.

Nesse retrato, atualíssimo, a diretora levanta questionamentos sobre identidade de gênero, orientação sexual, intolerância e empatia.

A seguir você encontrará dados e conceitos que podem ajudar a enriquecer as discussões realizadas após a exibição de *Mãe Só Há Uma* via VIDEOCAMP.

O QUE É GÊNERO?

O termo *gênero* passou a ser utilizado pelas ciências humanas na década de 1970, quando pesquisadores tentavam entender as origens das desigualdades entre homens e mulheres. O livro *Diferentes, Não Desiguais*, de autoria de Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura (Editora Reviravolta), explica de maneira bem didática:

“Várias pesquisadoras orientadas por questões feministas começaram a se perguntar se as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres eram universais e se poderiam ser observadas em todo e qualquer contexto. Com essa questão em mente, realizaram estudos e, por meio deles, chegaram à conclusão de que haveria, na prática, maneiras muito diversas de conceber o feminino e o masculino em diferentes culturas, momentos históricos, regiões e até mesmo em uma mesma sociedade. Essa diversidade, portanto, era a pista para a compreensão de que o gênero, afinal, era produto de contingências sociais, e não apenas da natureza.”

Ou seja, aquilo que é entendido como “tipicamente feminino” ou “tipicamente masculino” é, segundo essa análise, uma construção social. Alguns exemplos: “homem não chora”, “mulher dirige mal”, “brincar de casinha é coisa de menina”, “brincar de carrinho é coisa de menino”, “meninos são melhores em ma-

temática que meninas”, “meninos são mais bagunceiros que meninas” e por aí vai. Esse tipo de estereótipo é nocivo porque contribui para o aumento da desigualdade entre homens e mulheres e impede que uma criança desenvolva todas as suas potencialidades. Afinal de contas, ela deixa de vivenciar uma série de situações, principalmente por meio do brincar, simplesmente porque não pertence ao gênero para o qual determinada brincadeira é “permitida” pelos padrões sociais vigentes.

Ainda hoje, por exemplo, muitos garotos levam bronca dos adultos quando ninam uma boneca ou brincam com as panelinhas da irmã. Assim, crescem entendendo que os cuidados com a casa e com os filhos são tarefas exclusivas das mulheres. Com isso, deixam de desenvolver plenamente competências importantes, como a do afeto e a do cuidado. No futuro, esses meninos também vão contribuir para que as mulheres continuem em desvantagem na divisão da jornada de trabalho. Os números a seguir ilustram bem isso:

- De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 90% das mulheres brasileiras que trabalham fora também realizam tarefas domésticas. Entre os homens, esse índice é de 50%.
- Se somarmos as horas dedicadas ao trabalho remunerado e ao não remunerado (aquele realizado para manter a casa em ordem e a família alimentada, entre outras tarefas), a jornada semanal feminina é de 57 horas. A dos homens, de 53 horas. Ao final de um ano, isso representa 208 horas a mais de trabalho para a população feminina.
- Mesmo quando tem formação idêntica e executa exatamente o mesmo tipo de trabalho que um colega do sexo masculino, a trabalhadora brasileira ganha, em média, 30% a menos que os homens.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Nem todas as pessoas que nascem com genitália feminina se identificam como mulheres, e nem todas aquelas que nascem com genitália masculina se identificam como homens. Podem se identificar com o gênero oposto àquele atrelado ao seu corpo biológico, com nenhum dos dois ou até com os dois ao mesmo tempo. São as pessoas transgêneras. Essa percepção de não pertencimento ao sexo anatômico não tem uma causa orgânica identificada e se caracteriza pela necessidade de viver e de ser aceito como pertencente ao sexo oposto. Muitas vezes, há grande sofrimento e uma vontade intensa de alterar as características físicas relacionadas ao sexo de nascença, seja por meio de cirurgia ou de terapias com hormônios. De acordo com a psiquiatria, nesse caso trata-se de um transtorno de identidade sexual, presente na Classificação Internacional de Doenças (CID) 10, proposta pela Organização Mundial da Saúde. Alguns pesquisadores, no entanto, defendem a despatologização dessa condição, ou seja, que ela deixe de ser encarada como transtorno psiquiátrico. Por outro lado, muitos profissionais acreditam que isso prejudicaria as pessoas transgêneras que buscassem uma cirurgia de redesignação sexual, pois a falta da normatização estabelecida pela CID-10 dificultaria o acesso ao procedimento nos serviços de saúde. Popularmente, essa operação é conhecida como cirurgia de mudança de

sexo, mas esse conceito é considerado inadequado pela população trans. Se uma pessoa que nasceu com um corpo biologicamente masculino se autoidentifica como mulher, por exemplo, ao passar pela cirurgia não há mudança de sexo, pois ela sempre se sentiu mulher. Há apenas um ajuste físico para que ela tenha o corpo adequado ao seu gênero.

- No Brasil, desde 2008 o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece atendimentos ambulatoriais e cirúrgicos para pessoas transgêneras que desejam realizar o processo de redesignação sexual. Para a realização da cirurgia, é necessário ser maior de 21 anos, passar por acompanhamento psicoterápico por pelo menos dois anos e receber diagnóstico de transtorno de identidade sexual, de acordo com os parâmetros estabelecidos na CID-10.
- Segundo o Ministério da Saúde, entre 2008 e 2014 foram realizadas 243 cirurgias de redesignação sexual pelo SUS nos quatro centros habilitados para isso, todos eles ambulatórios multidisciplinares ligados a universidades públicas.

- O projeto de lei 5.002/2013, de autoria dos deputados federais Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Érika Kokay (PT/DF), também conhecido como Lei João Nery (em homenagem ao primeiro transexual homem a ser operado no País), estabelece a identidade de gênero com base na autodefinição. Ou seja, o gênero é definido pela pessoa de acordo com sua autopercepção. A proposta facilitaria a mudança de nome e de gênero no registro civil – hoje é preciso recorrer à Justiça para alterar documentos e passar a utilizar oficialmente o nome social. Além disso, permitiria que o processo transexualizador fosse realizado sem necessidade de diagnóstico ou autorização judicial: bastaria o consentimento informado da pessoa interessada. O texto do projeto tem como base a legislação argentina. Promulgada em 2012, a lei argentina de identidade de gênero é reconhecida como uma das mais avançadas no mundo e foi elogiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (neste link, você pode conhecer o texto da lei argentina na íntegra: <http://www.ms.gba.gov.ar/sitios/tocoginecologia/files/2014/01/Ley-26.743-IDENTIDAD-DE-GENERO.pdf>).

“O fato de o transtorno de identidade de gênero estar classificado na CID-10 não significa que se trata de algo que precisa ser curado ou revertido. Pelo contrário. Os serviços especializados têm como objetivo fazer um acompanhamento multidisciplinar para que a pessoa se desenvolva, se fortaleça e consiga viver feliz no gênero com o qual se identifica. Os índices de depressão e de suicídio são altos nesse público. Concordo plenamente que o tratamento com hormônios ou a mudança nos documentos poderiam ser realizados apenas com base na autodefinição de gênero da pessoa. Mas para o processo cirúrgico o diagnóstico é fundamental. Como o resultado é irreversível, deve-se afastar completamente outras questões. Durante um surto psicótico, que às vezes dura muito tempo, o paciente pode acreditar que pertence ao gênero oposto, por exemplo.”

DESIRÉE MONTEIRO CORDEIRO, psicóloga do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Hospital das Clínicas de São Paulo

A TRAJETÓRIA QUE INSPIROU O PROJETO DE LEI 5.002/2013

JOÃO NERY, primeiro transexual masculino a ser operado no Brasil e autor do livro *Viagem Solitária* (Editora Casa da Palavra), em entrevista concedida à Agência Brasil em novembro de 2015

“Desde que me entendo por gente, aos 3 ou 4 anos, eu já queria ser tratado no masculino. Eu sabia que isso não podia ser explicitado verbalmente. Toda vez que me tratavam por ‘ela’ eu passava para ‘ele’ mentalmente. Mas eu tinha que me submeter àquele mundo feminino que era imposto para mim, do uniforme da escola aos brinquedos. Na pracinha me chamavam de Maria Homem, e era muito ruim. Minha

mãe me proibiu de ir para a praça, mas acabei achando bom, pois me sentia mais protegido dentro de casa. Na adolescência, começou a brotar um corpo pior ainda. Seios, ‘monstruação’ – como eu chamo a menstruação, porque aquilo era um monstro para mim. Fui crescendo aos trancos e barrancos, sem um rótulo. Estudei psicologia, fiz mestrado, dava aulas em três faculdades no Rio de Janeiro. Eu era uma figura ambígua. Com 22 anos, eu já vivia duas vidas socialmente antagônicas. Eu era mulher para os amigos, parentes e colegas de trabalho. E era visto como uma figura masculina para os desconhecidos. Fui morar com a minha namorada e, no prédio, era visto como o marido dela. Era uma loucura. Eu nunca sabia se iam me chamar de senhor ou de senhora. Fiz duas cirurgias de redução de mama, uma em 1966 e outra em 1968. Em 1976, fiz a retirada do útero e dos ovários. Em 77, finalmente, fiz a mamoplastia masculinizadora e uma neouretra, para poder urinar em pé [naquela

época, esse tipo de cirurgia era considerado crime no Brasil; João procurou uma equipe de médicos que estava começando a estudar a transexualidade e se submeteu a uma cirurgia clandestina].

Depois da cirurgia, não pude entrar na Justiça para trocar o meu nome. Nenhum juiz me daria a troca de nome e de gênero. Tirei a minha documentação no peito e na raça. Eu tinha que trabalhar, sobreviver. Fui num cartório, com uma mulher transexual e seu marido como minhas testemunhas, e tirei um novo nome masculino. Cometi um crime, pois fiquei com dois CPFs, um de mulher e outro de homem. Perdi meu currículo todo. Virei um analfabeto como homem. Não podia mais trabalhar como psicólogo, dar aula em universidade nem continuar o meu mestrado. Fui ser pedreiro, pintor de parede, exerci milhares de profissões que não precisavam de currículo. Até hoje estou desempregado e sem aposentadoria. Nunca o Estado me ressarcia desses danos todos.”

PRECONCEITO X EMPATIA

Quais serão as origens da homofobia e da transfobia? Por que uma pessoa que tem uma orientação sexual ou uma identidade de gênero diferente do considerado socialmente correto desperta tanto ódio em alguns indivíduos?

Em muitos casos, o preconceito nasce da desinformação. Como a discussão sobre gênero quase sempre é varrida para debaixo do tapete, a maioria da população desconhece o tema. Muitos acreditam que quem não se identifica com o gênero atribuído ao nascer vai contra “as leis divinas” ou simplesmente pretende satisfazer um capricho, uma vontade boba, como querer mudar a cor do cabelo. O mesmo vale para quem tem uma orientação sexual diferente da heterossexual.

Muitos políticos, por exemplo, se aproveitam dessa desinformação, assumem o papel de guardiões da “moral e dos bons costumes” e propagam um discurso do medo para angariar votos. Afirmam que a população LGBT é uma ameaça à família, como se o único modelo de família válido fosse o tradicional, formado por um casal hétero e seus descendentes. Alguns chegam a dizer que um homem homossexual é um pedófilo em potencial e que crianças adotadas por casais gays estariam mais expostas ao risco de abuso – argumentos que não têm nenhuma fundamentação.

Em diversos lugares do mundo a situação é ainda mais grave. Atualmente, 73 países consideram a prática da homossexualida-

de um crime, de acordo com o levantamento de 2016 da associação International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA). Em 13 países, a punição para a homossexualidade é a pena de morte.

Tudo isso colabora para estimular o preconceito e a violência contra essas minorias. Escutá-las e entender melhor suas realidades e suas angústias é um dos caminhos para mudar esse quadro.

“Empatia não é se colocar no lugar do outro, é escutar o outro e tentar compreendê-lo de maneira racional e afetiva. Nunca vamos poder experimentar exatamente o que o outro experimenta, mas podemos ouvi-lo.”

BERNARDO FONSECA MACHADO, educador, membro do Núcleo dos Marcadores Sociais da Diferença da Universidade de São Paulo (NUMAS/USP) e um dos autores do livro *Diferentes, Não Desiguais* (Editora Reviravolta)

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Orientação sexual e identidade de gênero não são a mesma coisa. A orientação sexual tem a ver com o modo como a pessoa direciona seus afetos e desejos. Não se trata de uma opção ou escolha, pois o processo de construção do desejo não é inteiramente consciente. Os tipos de orientações sexuais mais comuns são homossexual, heterossexual, bissexual ou assexual, mas existem outras – a sexualidade humana é algo fluido, não precisa caber em caixinhas. Uma pessoa homossexual se sente atraída por outras pessoas que tenham a mesma identidade de gênero que ela. Ou seja, uma pessoa que se identifica como homem se atrai por outra pessoa que se identifica como homem, por exemplo. Heterossexuais direcionam seu desejo para pessoas que têm uma identidade de gênero oposta à sua: uma pessoa que se identifica como homem se atrai por uma pessoa que se identifica como mulher. Os bissexuais direcionam afeto e desejo tanto para o gênero feminino quanto o masculino, por vezes não se importando se o sujeito do afeto se encaixa nas categorias “homem” ou “mulher” (alguns indivíduos, por exemplo, se consideram agêneros ou de gênero neutro). Há ainda os assexuais, que não sentem atração sexual por nenhum dos gêneros, mas podem, em alguns casos, apresentar orientação romântica para um dos gêneros (ou para ambos). Existem outras variações dentro desses grupos,

como os demissexuais, que só sentem atração por pessoas com quem estabeleçam forte vínculo emocional. A sexualidade humana, no entanto, não é estanque como as classificações científicas. Algumas pessoas, por exemplo, levam uma parte da vida dentro de uma determinada orientação sexual e, ao longo do tempo, se percebem com uma orientação diferente ou ampliada. Não porque decidem mudar, mas porque percebem que seus afetos e desejos estão apontando em uma nova direção. Existem ainda aquelas que reprimem sua verdadeira orientação. Muitas só se permitem vivenciá-la plenamente quando se sentem seguras para enfrentar os preconceitos que podem surgir nesse tipo de situação.

“Na adolescência, a orientação sexual nem sempre está definida. É uma fase de experimentação, de explorar a própria sexualidade e de conhecer o outro. Às vezes a identidade é mais difusa. Mas para se transitar de um lado para o outro é preciso ter estrutura e um senso de eu bem organizado. Isso vale tanto na sexualidade como em qualquer área da vida.”

ANTONIO CARLOS AMADOR PEREIRA, psicólogo, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e autor do livro *O Adolescente em Desenvolvimento* (Editora Harbra)

IDEOLOGIA DE GÊNERO: ISSO EXISTE?

Em 2011, tiveram início no País as discussões sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de diretrizes que definiriam as metas que o governo teria que cumprir para o setor entre os anos de 2014 e 2024. Os debates mais acalorados foram sobre se haveria ou não a menção da palavra *gênero* no texto. Em sua versão original, o PNE dizia que um de seus objetivos deveria ser “a superação de desigualdades educacionais, **com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual**”.

As bancadas mais conservadoras do Congresso Nacional, principalmente a dos partidos ligados a igrejas evangélicas, fizeram pressão, dentro e fora de Brasília, para que a palavra *gênero* fosse retirada da lei. O texto final da meta mencionada ficou da seguinte forma: “superação das desigualdades educacionais, **com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação**”.

O argumento usado era de que, por trás da inclusão da palavra *gênero* no texto, haveria uma tentativa de se implantar a “ideologia de gênero” nas escolas, algo como uma doutrinação de crianças, que, segundo cartilhas que começaram a ser distribuídas à época durante cultos e missas, ameaçaria a existência da família.

“Nas discussões e aprovações dos Planos de Educação ficou evidente que combater a ‘ideologia de gênero’ significava retirar de qualquer documento as palavras gênero, orientação sexual, diversidade sexual, nome social e educação sexual. Mesmo que as palavras, nas frases, não implicassem nenhuma ameaça objetiva, evitar que as palavras fossem visibilizadas na lei certamente dificultaria aqueles que pretendessem trabalhar esses temas na educação. No entanto, é preciso lembrar que retirar essas palavras da lei não elimina os sujeitos da diversidade sexual e de gênero do interior da escola brasileira e de todas as sociedades humanas. Crianças e jovens, assim como professores, pais e mães, possuem suas identidades de gênero, são sujeitos de afetos e convivem num mundo diverso.”

JIMENA FURLANI, professora doutora em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, em entrevista à Agência Pública (agosto de 2016)

“Um homem não quer chegar em casa e ver seu filho brincando com boneca porque foi orientado a isso na escola.”

DEPUTADO JAIR BOLSONARO (PP/RJ), durante sessão plenária da Câmara dos Deputados em junho de 2015, num discurso em que ataca a “ideologia de gênero”

Intrigada com a origem dessa narrativa, a doutora em Educação Jimena Furlani, da Universidade do Estado de Santa Catarina, resolveu desenvolver uma pesquisa sobre o tema. Chegou à conclusão de que o discurso tentava distorcer alguns dos conceitos dos estudos de gênero. Ela analisou uma cartilha que, entre outras coisas, dizia: “A ideologia de gênero afirma que ninguém nasce homem ou mulher, mas deve construir sua própria identidade, isto é, o seu gênero, ao longo da vida”.

Os estudos de gênero, no entanto, não negam a biologia, apenas afirmam que ela não deve definir o destino social das pessoas.

SEGUNDO PESQUISA DO GRUPO GAY DA BAHIA, A CADA 28 HORAS UM HOMOSSEXUAL BRASILEIRO É MORTO (DADOS DE 2013).

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no País, segundo pesquisa da organização não governamental Transgender Europe (TGEU).

Segundo o grupo ativista Transrevolução, do Rio de Janeiro, a expectativa de vida média de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 30 anos. Entre a população brasileira, majoritariamente cisgênera (aquela que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer por conta de seus genitais), é de 75,2 anos, de acordo com dados do IBGE de 2014.

INTOLERÂNCIA NAS ESCOLAS

Os dados ao lado comprovam: há muito preconceito nas instituições de ensino. Segundo especialistas, promover a discussão sobre questões de gênero dentro do ambiente escolar é o primeiro passo para mudar essa situação.

Falar de igualdade de gênero, sobretudo na escola, é fundamental para se começar a combater a violência contra a mulher e contra as pessoas que não se encaixam nos padrões “tradicionais” de orientação sexual e de identidade de gênero. Ao saber que existem várias nuances no campo da sexualidade humana, e que ninguém é pior ou melhor por causa disso, a criança aprende noções fundamentais de respeito.

- A pesquisa Perfil dos Professores Brasileiros, realizada pela Unesco no ano de 2002 em todas as unidades da federação, ouviu 5 mil professores da rede pública e privada. Para 59,7% dos docentes entrevistados, é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais.

- Outro estudo da Unesco, realizado no ano de 2001 em 13 capitais e no Distrito Federal, constatou que 20% dos professores de Ensino Médio e Ensino Fundamental de Manaus (AM) e Fortaleza (CE) consideram a homossexualidade uma doença. Em Brasília (DF), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Goiânia (GO), esse índice ficou entre 14 e 17%.

- O mesmo estudo revelou que 33,5% dos estudantes do sexo masculino de Belém (PA) não gostariam de ter colegas

homossexuais. Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), São Paulo (SP), Goiânia (GO), Porto Alegre (RS) e Fortaleza (CE) tiveram percentual em torno de 40%. Em Maceió (AL) e Vitória (ES), atingiu 44%.

- Numa pesquisa realizada em 2004 com os participantes da Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, 40,4% dos adolescentes entre 15 e 18 anos declararam terem sido vítimas de discriminação homofóbica na escola.

- Em 2004, o Governo Federal criou o programa Brasil sem Homofobia. Um dos objetivos era discutir o preconceito contra a população LGBT nas instituições de ensino. Foi então criado o projeto Escola sem Homofobia, composto por vídeos e materiais impressos educativos para alunos e professores. Em 2011, quando tudo estava para ser finalizado, devido a uma enorme pressão de setores conservadores, que chamavam o material do Escola sem Homofobia de “kit gay”, o governo desistiu de levar o programa adiante. As pessoas contrárias ao material diziam que ele estimulava a promiscuidade e o “homossexualismo” (vale lembrar que o sufixo “ismo” é utilizado em nomes de doenças; o correto é homossexualidade).

DE VOLTA PARA A SALA DE AULA

Criado em 2015, o projeto Transcidadania, da prefeitura de São Paulo, tem como objetivo promover o resgate de oportunidades para homens e mulheres trans em situação de vulnerabilidade social. Muitas das 200 pessoas atendidas atualmente abandonaram a escola muito cedo por causa das violências físicas e verbais que enfrentavam e hoje encontram enormes dificuldades para ingressar no mercado de trabalho. Recebem um auxílio mensal de R\$ 924 para que possam reorganizar suas vidas e cumprir as 30 horas semanais do programa. Durante

dois anos, têm aulas de formação cidadã, qualificação profissional e são preparadas para o mercado de trabalho. Além disso, voltam para a sala de aula em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 18 escolas parceiras das redes estadual

e municipal de ensino. A equipe de pedagogia do Transcidadania prepara e acompanha os profissionais dessas instituições para que eles possam acolher adequadamente os alunos e alunas do programa.

“A violência sofrida pelas pessoas trans nas escolas não é um fato isolado, é uma constante. Muita gente deixa de vivenciar sua própria identidade de gênero para poder viver naquele espaço. Foi o que aconteceu comigo. Eu não podia ser quem eu era. Não existe nada mais agressivo que isso. Só me assumi inteiramente e à luz do dia aos 30 anos de idade. Mas não fiz a cirurgia e parei de tomar os hormônios há quatro anos; não gostei das reações que eles provocavam. Sou bem resolvida com meu corpo. Ele não precisa ter um padrão de revista para ser o corpo de uma mulher. Sou mulher e pronto.”

SIMMY LARRAT, travesti e coordenadora do programa Transcidadania. Foi a primeira travesti a ocupar a função de coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

UM NOME QUE REPRESENTE AQUILO QUE SE É

Apresentar os documentos numa repartição pública ou num processo seletivo é um gesto aparentemente banal para a maioria da população. Para uma pessoa trans, no entanto, pode ser motivo de enorme angústia, pois aquilo que está registrado naquele documento oficial difere completamente da forma como aquele cidadão ou cidadã se identifica e se expressa para o mundo. Atualmente, para mudar o nome e o gênero da documentação é preciso contratar um advogado ou procurar um defensor público e entrar na Justiça com uma ação de requalificação civil. O processo costuma ser longo e exige a apresentação de laudos psiquiátricos ou psicológicos que comprovem a condição de transgeneridade da pessoa. Não basta a autoafirmação do interessado ou interessada. Ao contrário do que muitos pensam, no entanto, não é necessário ter passado por uma cirurgia de redesignação sexual para entrar com o processo.

- Nome social é o nome pelo qual as pessoas trans escolhem ser chamadas, independentemente de haver ou não um processo de mudança de documentos correndo na Justiça. Algumas instituições e serviços públicos hoje já aceitam que a pessoa use o nome social. Em julho de 2016, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil publicou uma resolução que reconhece o nome social de advogados e advogadas trans. Candidatos e candidatas do ENEM têm a

possibilidade de se inscrever no exame usando o nome social, que também pode ser utilizado no cartão do SUS.

- Em janeiro de 2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis ou Transsexuais (CNCD/LGBT) publicou uma resolução no Diário Oficial da União que estabelece parâmetros para garantir que essas minorias tenham condições de ingressar e permanecer em instituições de ensino. Com a medida, deve ser assegurado o direito ao tratamento verbal exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância. A decisão também determina que o campo “nome social” seja inserido nos formulários de matrícula, de avaliação e similares.

“O nome social é uma conquista muito válida, mas não é tudo o que se quer. O ideal é que uma lei de identidade de gênero seja aprovada para que as pessoas possam retificar seus nomes civis sem passar por um processo judicial, que muitas vezes é moroso e depende do entendimento do juiz. É uma pessoa estranha te avaliando e dizendo o que você é ou não. Uma situação, no mínimo, constrangedora e que demora, em média, de um a quatro anos.”

GIOWANA CAMBRONE*, advogada e professora de Direito das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), em entrevista concedida à Agência Brasil em julho de 2016

*Giwana é transexual e nunca atuou como advogada usando seu nome social porque alterou seu nome via processo civil

TRANSEXUAL, TRANSGÊNERO OU TRAVESTI

Os três termos são usados para designar pessoas que se identificam com um gênero diferente do que lhe foi atribuído ao nascer. Travesti, segundo o dicionário, é aquela que se veste e se comporta como alguém do gênero oposto. Como essa palavra sempre esteve associada à camada mais marginalizada da população trans, muitas pessoas ligadas à militância dessa minoria preferem ser chamadas desse jeito como uma forma de afirmação política. O correto é sempre perguntar com qual definição a pessoa se identifica e respeitar essa autoafirmação.